Apresentação

As políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras têm já um longo e variado percurso, desde as primeiras experiências no início dos anos 2000 até a lei de 2012 institucionalizando as cotas no sistema federal de ensino superior. Poderíamos, ainda, mencionar o debate atual sobre a inclusão de alunos oriundos de escolas públicas nas universidades estaduais paulistas como exemplo da visibilidade da temática no espaço público do país. Incontornável e politicamente sensível, a problemática das ações afirmativas tem, ao mesmo tempo, despertado o interesse de muitos pesquisadores das ciências humanas de um modo geral, como podemos constatar pela multiplicação de artigos e livros sobre o tema.

Sem nenhuma dúvida, entre os muitos temas desses debates e produções acadêmicas, a discussão sobre o que se convencionou chamar de “questão racial” ocupa um lugar de destaque. Com efeito, mesmo se a maioria das ações afirmativas levam o critério social como principal fator de seleção, é a questão racial que invariavelmente vem à tona no debate.

Um indício disso é o fato de que tanto as polêmicas ao longo do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as cotas

em 2012 quanto a maior parte dos argumentos arrolados nos últimos dez anos na esfera pública, ao elegerem o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB) como exemplo privilegiado de análise, tomam como protótipo do sistema de cotas no país exatamente uma das poucas universidades que adotou a raça como critério exclusivo de seleção dos cotistas: a vertente menos frequente entre as mais de 70 universidades públicas que adotam ações afirmativas. Em resumo, o debate no Brasil foi, e ainda é, polarizado em torno das cotas raciais, critério que, pensado de modo exclusivo, é minoritário no cenário das universidades públicas que adotaram o sistema, uma vez que a grande maioria das universidades implantou mecanismos que, em geral, combinam o critério racial ao critério social, o que altera o significado e amplitude da política de combate a desigualdade social.

Algo que tem sido pouco discutido e que, ao nosso ver, pode iluminar o debate refere-se à discussão sobre como e por que as cotas se transformaram em uma “questão pública” tão controversa no país. Uma tal reflexão poderia nos levar a tratar esse tema de uma forma menos apaixonada e mais distanciada das “questões de princípio” que norteiam as posições de uns e outros nesse debate. Não que os princípios não sejam importantes; afinal, esses também fazem parte da realidade social, uma vez que os atores sociais se posicionam no mundo em parte seguindo seus princípios e interesses. Porém, eles o fazem a partir de situações vistas como concretas e não apenas orientadas por situações ideais. Há que se pensar as cotas no contexto em que elas foram implantadas e não apenas de acordo com as idéias e os princípios daqueles que as defendem ou as criticam.

Ora, para pensarmos esse lado pragmático da discussão sobre as cotas no país precisamos ir além das dimensões normativas e valorativas e entendermos como as cotas funcionam no interior das universidades que já implantaram esse sistema de ação afirmativa. Foi isso que nos levou a propor este número temático sobre o estágio atual das políticas afirmativas no país aos edito-

res da Revista TOMO (ligada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe). Nosso propósito aqui foi o de congregar artigos que possam tanto discutir casos específicos como dar eco a estudos comparados, de maneira a refletir o estágio atual do conhecimento sobre o tema nas ciências humanas brasileiras. Isso parece-nos ser uma tarefa fundamental na conjuntura atual brasileira, uma vez que discussões qualificadas para tornar o debate atual sobre as ações afirmativas menos marcado pelo tom passional e mais próximo dos resultados empíricos de pesquisas.

Levando isso em consideração, organizamos o presente dossiê em duas grandes partes. A primeira voltada para análises das ações afirmativas em uma perspectiva ampliada, denomina-se “Considerações Gerais sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Brasil” e a segunda, voltada para estudos de casos de implantação de cotas em universidades públicas, foi nomeada como “A Implementação da Política de Cotas Universitárias: Estudos de Caso”.

Abrindo o dossiê, o texto de Rosana Heringer, “Um Balanço de Dez Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil”, a partir de uma série de dados empíricos oriundos de pesquisas anteriores da autora, faz um balanço altamente positivo da implantação das ações afirmativas nas universidades públicas. Para ela, essas ações propiciaram uma maior democratização do acesso ao ensino superior e criam a expectativa de que essa democratização chegue à pós-graduação e ao mercado de trabalho. Em outras palavras, Heringer analisa não os avanços das políticas de cotas, mas também o que ainda precisa ser mudado.

No texto seguinte, de Sales Augusto dos Santos, “Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço”, o autor busca comparar as políticas afirmativas implementadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, traçando um breve histórico dessas políticas no Brasil. O autor chega à conclusão que as políticas de ação afirmativa ainda são marginais em que não fazem

parte integral de uma agenda de Estado. O apoio a essas políticas independe de cor ou raça ou partido político, embora os partidos conservadores sejam mais resistentes a elas. Sendo assim, o governo pró-social de Lula foi mais aberto às políticas do que o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Já para Rodrigo Ednilson de Jesus e Nilma Lino Gomes, no texto “A ‘Constituição’ da Nação Brasileira em Disputa: o debate em torno da (in)constitucionalidade das Ações Afirmativas”, os debates em torno da constitucionalidade das cotas raciais na UnB expressam idéias diferentes de Nação. Através de uma análise dos discursos apresentados durante a audiência pública no STF, Jesus e Gomes identificaram quatro categorias interrelacionadas: 1. “A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental”; 2. “Cotas Raciais: Você é a favor ou contra?”; 3. “Representações dissonantes sobre o Brasil” e 4. “Os projetos para a Nação: conservar, atualizar ou reinventar a Nação?”. Os autores concluem que as fontes da defesa ou do ataque às cotas eram diferentes nos discursos: desigualdade racial subordinada à social, genética para alegar que raça não existe e afirmação de que raça tem um significado social. Além disso, eles observam que a decisão do STF acatou a visão “anti-racista”, a qual estabelece uma concordância entre as cotas e a Constituição brasileira e a proposta de um novo modelo de Nação mais igualitária.

Sobre o mesmo tema dos debates públicos acerca das políticas afirmativas, Karine Pereira Goss desenvolve, em seu texto “Conservadores x Progressistas: o debate entre intelectuais sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil”, a tese de que é possível analisar esta questão utilizando o famoso esquema de Albert Hirshmann acerca das posições às políticas de cunho social. Como se sabe, para Hirshmann, as reações a essas políticas podem ser do tipo “conservadoras” ou “progressistas”, as primeiras buscando manter a situação existente e as segundas buscando mudá-las. Para a autora, essa dicotomia estaria na base das divergências acerca de conceitos importantes, tais como raça e mestiçagem, e

das posições acerca das políticas afirmativas. Segundo ela, por trás dessas posições está a idéia de que o campo científico defendido pelos intelectuais também é político, pois almeja a convencer a outrem da sua posição através do uso da retórica.

No último texto desta primeira parte do dossiê (“O Futuro É Agora: a concretização da lei de cotas universitárias no Brasil”), Vânia Penha-Lopes argumenta que, apesar de as cotas universitárias serem um avanço nas políticas de combate ao racismo e às discriminações raciais no Brasil de uma forma geral, elas não podem ser consideradas como a solução última para o problema, pois, não só o acesso ao nível superior está aberto a uma proporção relativamente pequena da população, como a queda visível da qualidade do ensino pré-universitário brasileiro diminui a formação de “.. alunos que tenham condições de cursar o nível superior”, isso sem contar com o fato de que episódios de racismo continuam a ocorrer no país independente do nível educacional das vítimas.

Inaugurando a segunda parte desse dossiê, os autores Antônio Fernando de C. A. Beraldo, Eduardo Magrone e Tailiny Paula Ventura, mostram em seu texto “2012: Ponto de chegada, ponto de partida”, os impactos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e das políticas de cotas para a democratização do ensino superior no âmbito das universidades federais de uma maneira geral e no da Universidade Federal de Juiz de Fora de uma forma particular, tanto em termos sociais quanto pela cor da pele. Contudo, os autores advertem que sem políticas profundas e adaptadas de políticas de permanência para os alunos mais carentes, essas políticas correm o risco de se esvaziarem. Nas palavras dos autores, “A universidade pública parece satisfeita em ter permitido acesso aos menos favorecidos e cumprido sua ‘obrigação social’ expandindo as vagas e multiplicado seus recursos, em um momento em que foi possível convergir tanto o atendimento às demandas do movimento negro quanto o anseio por crescimento, reprimido durante tanto tempo. Isto não basta, a política de cotas foi

feita, na quase totalidade das instituições, sem que a academia tivesse se preparado para acolher e tratar com eficiência estes milhares de alunos, da mesma forma que mostrou-se eficaz na abertura de seus portões. Não se trata aqui de distribuir mais bolsas, ou criar mais vagas. Trata-se de adaptar e modernizar suas práticas pedagógicas, trata-se de utilizar todos os recursos de produção e transmissão de conhecimento, trata-se de incentivar a reação positiva do corpo discente, trata-se de trabalho, muito trabalho – o trabalho de transformar.”

Ao analisar as políticas afirmativas no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, Maria Nilza da Silva, em seu texto “Uma Década de Ações Afirmativas na UEL (2004-14)”, mostra que, nessa universidade, as políticas afirmativas foram eficazes para aumentar o número de alunos carentes a ingressar na universidade, mas tiveram menos sucesso com relação ao número de alunos negros. Segundo ela, isso reflete “as dificuldades da efetiva inserção da população negra na educação superior.” Além disso, a autora, assim como diversos autores desse dossiê, chama a atenção para o fato de que o maior desafio atual é a ampliação de políticas de permanência na universidade.

Aires David de Lima e Maria José de Jesus Alves Cordeiro, autores do texto “A Presença Negra nos Cursos de Graduação em Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: Análise do Percurso após Ingresso pelas Cotas – Turma 2008”, é uma perfeita demonstração dessa problemática. A partir da análise de dados sobre os cursos de direito na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, os autores mostram que a falta de políticas de permanência adequadas podem explicar o elevado índice de evasão (21%) dos alunos cotistas negros nesses cursos.

Já Delcele Queiroz, no texto “O estágio atual das políticas afirmativas nas universidades brasileiras”, reflete sobre os efeitos das políticas afirmativas na Universidade Federal da Bahia. Para ela, os dados arrolados demonstram que não apenas o número

de alunos negros e de escolas públicas aumentou em todos os cursos, como também o desempenho desses alunos foi igual ou melhor que os dos alunos não-cotistas. Contudo, ela nos adverte que “os dados apontam também para certos efeitos perversos, oriundos dessas medidas de democratização do acesso, a que as universidades devem estar atentas. É necessário, maior atenção, por parte das universidades, com o cotidiano vivenciado por esses estudantes nos cursos em que eles estão inseridos, sobretudo, quando se trata de cursos de elevado prestígio e concorrência, em que irão conviver com pessoas muito diferentes do seu mundo social, em muitos casos, com uma visão depreciativa deste, que acarreta prejuízos consideráveis, aos estudantes negros e pobres que ingressam nos seus cursos.”

Tal conclusão é muito próxima do que foi constatado por Yérsia Souza de Assis. Em seu texto “Relações Sociais e Sentidos de Justiça Social após a Adoção da Política de Cotas na Universidade Federal de Sergipe”, a autora afirma que o cotidiano dos alunos dos cursos de Direito e Medicina na Universidade Federal de Sergipe é marcado por inúmeras estratégias de distinção dos alunos não-cotistas em relação aos cotistas. Para ela, esse processo é reforçado pelo fato de que os coordenadores e docentes não “repcionaram e nem repcionam este debate, o que cria uma não familiaridade com o tema”.

Como vemos, o leque variado dos temas abordados nos textos que compõem esse dossiê nos ajuda a ter uma visão multifacetada sobre a realidade das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Esperamos que isso possa ensejar novas pesquisas sobre o tema, ampliando assim nosso conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas e seus efeitos na sociedade brasileira.

Boa leitura!

Vânia Penha-Lopes
Paulo Sérgio da Costa Neves